



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC N.º 00452/14**

Pensão Vitalícia. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

Acórdão AC1–TC- 5673/2014

**1. PROCESSO TC N.º:** 00452/14.

**2. ORIGEM:** Instituto de Previdência e Assistência do Município de João Pessoa – IPM-JP..

**3. DADOS SOBRE AS PENSÕES:**

**3.1. BENEFICIÁRIO(S):** Ivonete Tenório da Silva – Vitalícia

**3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR (A)FALECIDO(A):**

**3.2.1. NOME:** José Enéas da Silva.

**3.2.2. QUALIFICAÇÃO:** Auxiliar de Limpeza Urbana, Matrícula n° 11.679-3, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**3.3. FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 40, § 7º, I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/03.

**3.4. DATA DO(S) ATO(S):** 25/10/2013.

**3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** Semanário Oficial, edição de 20 a 26/10/2013.

**3.6. AUTORIDADE EMITENTE:** Superintendente do IPM-JP.

**4. RELATÓRIO DA AUDITORIA:** A Auditoria concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria de fls. 24.

**5. PARECER DA PROCURADORIA:** Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão vitalícia da beneficiária** Ivonete Tenório da Silva (vitalícia), favorecida do servidor falecido, Sr. José Enéas da Silva, tendo presente sua legalidade e os cálculos de proventos feitos pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.  
João Pessoa, 06 de novembro de 2014.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão  
Presidente em exercício e Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público Especial